

APRESENTAÇÃO O QUE É UM CLÁSSICO ?

Marcos Antônio Lopes¹

Vejo igualmente nossos livros como bilhetes de loteria;
não têm na verdade nenhum valor. A posteridade,
ao esquecer uns e reimprimir outros, vai declarar quais os bilhetes premiados.

STENDHAL (*Pensamentos e Reflexões*)

Na história da Teoria Política existe uma vasta galeria de autores que escreveram uma enormidade de livros sobre variados temas. Para além dessa evidência empírica – constatável por uma simples visita a bibliotecas universitárias bem aparelhadas – naturalmente, existem muitas questões teóricas relevantes a cercar o conjunto das obras que compõem esses acervos. Uma delas deriva da própria noção de ‘clássico da política’. Sobre esse tema o filósofo teuto-americano Leo Strauss disse que, algumas vezes, o clássico foi caracterizado por sua nobre simplicidade e por sua serena grandeza. Strauss foi muito feliz em realçar grandeza e simplicidade como virtudes cardeais de um texto clássico. Ao que parece, a soma, a junção ou a mistura dessas duas qualidades resultaria em equilíbrio e força, ou melhor, numa força em pleno equilíbrio. Como veremos, definições acerca das virtudes caracterizadoras de uma obra canônica em política possuem regras bastante flexíveis, o que leva à existência de inúmeras concepções, algumas divergentes, outras complementares. Mas, além de saber o que é um clássico, e quais são as normas e os valores para se estabelecer a dignidade de uma obra canônica, parece ser também relevante indagar por quais vias ela ganhou este status, e como e por que ela o preservou. Apesar da aparente simplicidade desse inventário de problemas, não é fácil oferecer respostas a questões dessa natureza. Com efeito, desde os gregos antigos, num longuíssimo giro de dois mil e quinhentos anos de história, inúmeros

¹ Doutor em História pela USP. Professor do Depto. de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Organizador de *Grandes Nomes da História Intelectual* (Contexto), é autor de *Para ler os clássicos do pensamento político: um guia historiográfico* (Editora FGV), *Voltaire político* (Editora UNESP), *Voltaire historiador* (Papyrus), *Voltaire literário* (Imaginário), *O político na modernidade* (Loyola), dentre outros títulos sobre as relações entre os intelectuais e o poder político.

foram os pensadores políticos que se ocuparam dos mais diversificados temas que constituem o campo de estudos da Teoria Política. Algumas obras, particularmente os textos de Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, Hegel e Marx, para citar apenas alguns dentre os mais ilustres membros da extensa galeria da chamada tradição ocidental da Filosofia Política, resistem como cânones até os nossos dias. Eles se tornaram autores-referência da Filosofia Política – ou melhor, os ‘autores que contam’, segundo a conhecida máxima de Passerin d’Antrèves – em maior grau porque os seus textos formularam problemas filosóficos que ainda hoje são pertinentes à análise de temas e problemas que dizem respeito ou afetam diretamente as sociedades atuais. Acerca desta categoria superior dos autores que contam Claude Lefort nos dá uma exemplificação das virtudes distintivas de um clássico da política:

Lembre-mo-nos do destino reservado a Maquiavel ou a Rousseau... O escritor não é pois, e nem pode ser, senhor dos efeitos de sua fala. Porém, basta que a fala seja rigorosa, para que, à longínqua distância, leitores sejam capazes de o entender e o instalam nos horizontes de seu tempo. Sua escrita, que leva a marca de uma resolução a não se deixar tragar pelo oceano das opiniões, tampouco se deixa cegar pelo impacto dos acontecimentos, põe seus leitores em movimento, mesmo quando ignoram o detalhe das controvérsias que lhe importavam particularmente. Sua escrita está portanto demasiado em concerto, não tanto porque obedeça ao imperativo da coerência, mas sim porque se empenha em contornar os lugares em que cada um se fixou para abrigar certezas.²

Por este ângulo de visão, uma filosofia política passa a integrar o rol das “obras que contam”, das “obras fora do tempo”, se o mundo ‘marchar’ na direção de seus princípios. Esta trans-historicidade da obra de pensamento político, que se ‘descola’ do tempo histórico em que foi gerada, para ecoar num futuro distante, é o que sela o destino de um texto, transferindo-lhe a distinção do que comumente se denomina clássico da política. A atualidade da obra – no sentido da possibilidade de aplicação de seus princípios afirmados e/ou negados –, é um dos critérios para a definição de um clássico da política. Se não é por isso, como explicar que alguns pensadores políticos permaneçam ‘vivos’, ao passo que a maioria amarga um esquecimento que, de um ponto de vista estritamente intelectual, parece ser até imerecido? Assim sendo, para se definir um clássico, não interessa tanto identificar os problemas circunstanciais que moveram o autor a escrever o que escreveu em seu próprio momento de intervenção, mas o que não foi

² LEFORT, C. Maquiavel e a *verità effettuale*. In: ———. *Desafios da escrita política*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999. p. 12.

‘resolvido’ e continuou a incomodar, a gerar novas controvérsias e a criar, de forma recorrente, novas interpretações acerca daquela interpretação específica quando nem mesmo os fatos que a geraram num dado momento da história importam mais. No dizer de Italo Calvino, “É clássico aquilo que persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível”.³ O poder de repercussão ao longo do tempo, se assim se pode dizer, é uma das singularidades de um clássico.⁴

A ressonância do texto clássico no tempo, em sociedades separadas por alguns poucos mas expressivos milênios de história, é um elemento que, *per saecula saeculorum* (ou quase), define a estatura daquilo que será reconhecido como um texto canônico da Teoria Política. É claro que a própria concepção do que é um clássico da política se altera com o tempo, basicamente por que os elementos que constituem esta concepção são numerosos e complexos, e estas variações sobre o mesmo tema ocorrem praticamente no mesmo ritmo das transformações das sociedades, que passam a gerar novas exigências para a definição do que é clássico. Isto para reafirmar o lugar-comum de que cada geração constrói a sua própria interpretação acerca dos clássicos e o que deixou de ser clássico numa época, pode voltar a sê-lo em outra, e que o contrário disso também é verdadeiro.

Como sugeriu Stendhal, os textos podem ser descobertos e redescobertos, o que parece ter acontecido, entre muitos e variados exemplos, com Thomas Hobbes e Alexis de Tocqueville. A violência e a irracionalidade predominantes em nosso tempo acentuam a dignidade de clássico desfrutada por Hobbes. A necessidade de expansão da democracia política para outras dimensões da realidade legitima a posição de destaque ocupada por Tocqueville entre os imortais da Teoria Política. A dignidade ou estatura do clássico em política relaciona-se com o que poderíamos definir, *grosso modo*, como o estado de ânimo ou predisposição das sociedades políticas através do tempo. Esses estados de espírito, por assim dizer, ajudariam a definir qual é o autor da vez, ou melhor, qual é a leitura necessária, pertinente, eficaz, que tende a produzir os frutos esperados por uma dada sociedade. Determinadas conjunturas históricas levam a novas leituras e, às vezes, a verdadeiras descobertas e redescobertas de um texto clássico, seja da política, da literatura ou da história. No século XIX o grande historiador francês Jules Michelet ‘descobriu’ a genialidade escondida nas interpretações de Vico sobre a história. Era o tempo das utopias

³ CALVINO, I. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 15.

⁴ A este propósito lembramos Peter Burke: “This is of course a general problem. All the classics are reinterpreted afresh by every generation; if this does not happen, they cease to be classics. (...) Some writers, thinkers, and artists seem to be particularly myriadminded, multi-faceted, or ‘polyvalent’, and so they continue to appeal to a succession of very different posterities. Perhaps this is the secret of *a past master*”. BURKE, P. *Montaigne*. Oxford: Oxford University Press, 1994. p. 73.

românticas. A obra de Vico revigorou a visada teórica dos escritores românticos, tão necessitados de um ‘reforço’ mitológico para as suas doutrinas.⁵

Os regimes totalitários da primeira metade do século passado fizeram pensar muito na filosofia política de Hobbes. As objeções políticas que se opunham à filosofia política de Hobbes se enfraqueceram ante a crise das democracias liberais e ao aparecimento dos Estados totalitários, que Strauss denominou ‘tirantias do século XX’. Outro motivo para a reabilitação do filósofo inglês pode ser encontrada no enfraquecimento progressivo da moral e da tradição religiosa, com o advento da modernidade.⁶ A celebração do bicentenário da Revolução Francesa gerou um clima intelectual muito propício ao reprocessamento da obra de Tocqueville, redescoberto como um clássico *aggiornato* da historiografia da Revolução. Se admitirmos que uma obra de filosofia política possui uma dimensão prescritiva e, até certo ponto, um não sei que de profético – pois aposta em alternativas para o futuro –, o clássico poderá ser definido como aquele texto que mais acertou em suas previsões. E isso tanto nos termos das realizações efetivas quanto no plano das expectativas. E quanto mais ‘certeira’ for a especulação filosófica, ou seja, quanto mais a sua mira estiver ajustada aos problemas de atualidade, mais próxima estará da exigência primária para ser definida como clássico da política. Dito de outra forma, é clássico o texto que a realidade histórica reconheceu e confirmou como ‘parente próximo’ do tempo presente. O clássico torna-se obra ‘fora do tempo’ – em que pese o aparente paradoxo –, por sua capacidade de inserir-se em diferentes tempos históricos.

E o elemento “caixa de ressonância” que um texto venha a possuir, em maior ou menor grau, selará o seu destino nessa categoria. Este elemento de base é acentuado por Francisco Wefort: “Dizer que um pensador é um-clássico significa dizer que suas idéias permanecem. Significa dizer que suas idéias sobreviveram ao seu próprio tempo e, embora ressonâncias de um passado distante, são recebidas por nós como parte constitutiva da nossa atualidade”.⁷ Refletindo sobre os clássicos da literatura universal, reflexão que se aplica plenamente à definição dos clássicos da política, Italo Calvino cunha uma fórmula curiosa – dentre várias outras possibilidades que o autor desenvolve – ao atinar que “Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”.⁸ Correto, até porque ele continua a dizer aquilo que é continuamente redescoberto pelas leituras das sucessivas gerações. Se não se verificam descobertas e redescobertas, se um livro não mais provoca reinterpretações, o então clássico estagnou e perdeu o seu diferencial, ao se tornar estéril.

⁵ Cf. SALIBA, E. T. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

⁶ Cf. STRAUSS, L. *What is Political Philosophy?* New York: Free Press, 1968.

⁷ WEFORT, F. (org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 1997. (vol. 01). p. 08.

⁸ CALVINO, I. 1997, *Op. cit.*, p. 11.

É verdade que nem sempre a dimensão contextualista na análise de um texto político é a mais relevante. E isto porque podemos estar mais interessados na eficácia dos argumentos de uma obra e em sua contínua importância em momentos diferentes daquele que foi o de sua própria elaboração. Assim é que o centro de interesse do leitor pode não estar em se isto ou aquilo é, com precisão, o que quis dizer Hobbes ou qualquer um dos grandes autores da história do pensamento político. Desse modo, em Teoria Política, é preciso avançar no estudo do enraizamento social das idéias, tentando reconstituir os diferentes contextos de recepção que elas tiveram e, mais ainda, o processo de sua deformação, ou melhor, de apropriação, pelo tipo de emprego que delas se fez em seu próprio tempo e no decorrer da história. Em outros termos, este argumento é defendido por Célia Galvão Quirino e Maria Tereza Sadeck de Souza: “... basta-nos por ora salientar que a discussão dos clássicos não se esgota num mero gosto pela erudição. Ao contrário, a reflexão sobre as temáticas clássicas é um desafio para a compreensão do passado e sugere caminhos para a interpretação do presente”.⁹ Explicando o plano de elaboração de seu livro-coletânea Célia Galvão Quirino e Maria Tereza Sadeck de Souza ampliam a definição:

Na verdade, cada um destes pensadores só é clássico porque retrata em sua obra sua época e, também, porque em igual medida desenvolve questões e encaminha respostas paradigmáticas. É este caráter de clássico e de contemporâneo presente na obra de cada um dos autores selecionados que nos interessa sublinhar. Ou seja, as questões discutidas pelos clássicos só podem ser compreendidas no interior do mundo que lhes deu vida, extravasam aquele mundo, colocando-nos diante de elaborações não superadas, de um passado que não pode ser visto como um amontoado de coisas mortas e sepultadas.¹⁰

Sem dúvida. E isto porque aqueles que chamamos clássicos da política não foram simplesmente homens comuns de seu tempo. Eles foram figuras que enxergaram além, sem querer dizer com isto que estiveram além de seu tempo. Ademais, amplificaram idéias continuamente retomadas no curso de posteridades sucessivas porque encontraram as condições para isto em seu próprio mundo, na forma das tradições intelectuais. Acerca desta relação das gerações sucessivas no campo do conhecimento, é sempre pertinente a

⁹ QUIRINO, C. G. & SOUZA, M. T. S. *O pensamento político clássico*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992. p. 03. Em sentido complementar é preciso considerar, também, a nuance observada por Peter Burke: “However, it’s the function of intellectual historians to warn their own generation of the interpretation of the distortions involved in this reinterpretation of the past, in treating Montaigne (like Shakespeare, or Dante) as our contemporary. We need to remember that he is not one of us”. BURKE, P. 1994, *Op. cit.*, 73.

¹⁰ QUIRINO, C. G. & SOUZA, M. T. S. 1992, *Op. cit.*, p. 03s.

metáfora de Bernardo de Chartres invocada por Newton ao se referir às suas conquistas científicas: fez o que fez no terreno da Física porque pôde se apoiar em ombros de gigantes. Os gigantes em questão eram Copérnico, Kepler e Galileu, em relação aos quais Newton – “o maior homem que já existiu”, como Voltaire se referiu a ele e que representa, a seu modo, a concepção do século XVIII acerca de um clássico da ciência – reconheceu os seus débitos intelectuais.

Além dos clássicos, há também os textos políticos que se tornaram muito influentes em sua época, mas que – pelo ângulo da posteridade – se revelaram obras “datadas”, autênticos “fósseis filosóficos”, cujas discussões fizeram sentido apenas em seu lugar de elaboração. Os fósseis filosóficos podem ser os clássicos que decaíram, ou os ‘decaídos’ que nunca chegaram a ser clássicos e que, provavelmente, nunca chegarão. Esse parece ser o caso, por exemplo, das reflexões políticas formuladas ao longo da Idade Média, em cujo foco de análise predominam as relações entre o poder secular do imperador e das monarquias feudais frente às pretensões da hegemonia política do poder espiritual, a Igreja. De todo modo, para quem se inicia nos estudos da Teoria Política, é importante reter a noção de que as obras de reflexão sobre processos políticos apresentam comumente dois níveis centrais de intenção: elas são a uma só vez uma tentativa de responder aos problemas que afetam a sociedade do autor que escreve, ao mesmo tempo em que podem ser também uma tentativa que este empreende de estabelecer diálogo com os escritores que o precederam, e com aqueles seus contemporâneos, que focaram temas ou problemas semelhantes aos que tencionou oferecer solução. Segundo a análise de Cláudio Vouga, “... também os clássicos liam os clássicos, os seus clássicos; é só lembrar a famosa carta de Maquiavel para Francesco Vetori”.¹¹ Isto pode significar que, em alguma medida, Hobbes importa e ecoa perspectivas e temas de Aristóteles,¹² que Locke¹³ responde a Robert Filmer e a Hobbes, que Rousseau dialoga com Locke, que Marx discute com Hegel e outros

¹¹ Vouga, C. A leitura dos clássicos. In: QUIRINO, C. G. et alii (Orgs.). *Clássicos do pensamento político*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1998. p. 16. Acerca destes níveis de intenção do texto político q.v. WOLIN, S. *Politics and vision*. Boston: Little Brown, 1960.

¹² “Hobbes’s dependence upon Aristotle is even greater than has been supposed, despite Hobbes’s own protests against his Aristotelian studies in Oxford”. WARRENDER, H. *The Political Philosophy of Hobbes*. His Theory of Obligation. Oxford: Oxford Clarendon Press, 1957. p. VIII. Para Strauss, “The contrast with Aristotle has its ultimate reason in Hobbes’s conception of the place of man in the universe, which is diametrically opposed to Aristotle’s conception. (...) In this cotention man is ‘the most excellent work of nature’”. STRAUSS, L. *The Political Philosophy of Hobbes*. Its Basis and Its Genesis. Chicago: The University of Chicago Press, 1984. p. 35. Sobre a visão negativa de Hobbes acerca de Aristóteles ver também: SKINNER, Q. *Hobbes e a teoria clássica do riso*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002. p. 13.

¹³ O “Primeiro Tratado” foi escrito como refutação a idéias de ampla repercussão na Inglaterra dos anos 1680, como a defesa do direito divino dos reis e a teoria do patriarcado de Filmer.

autores do passado e de seu presente. Nesse sentido, a idéia de intertextualidade na análise das teorias políticas é um pressuposto teórico bastante útil, como também o é na análise histórica e literária, porque permite desvendar meandros que aprofundam a compreensão seja do texto político ou de qualquer outra natureza.

Aristóteles analisou a política sob o prisma da realização da felicidade dos cidadãos. Maquiavel e Hobbes abordaram-na sob o ângulo da obediência dos súditos ao poder. A exemplo de Hobbes, Locke e Rousseau também a examinaram a partir da teoria do contratualismo, percebendo a ordem política como algo artificial, quer dizer, uma ordem criada pelos homens por meio de um pacto. Certamente, seus contextos históricos específicos determinaram os seus horizontes de preocupação. Então, é preciso estar atento ao fato mais que evidente de que as idéias políticas não perambulam livremente pela larga avenida da história do pensamento político, tencionando dizer com isto que elas são plenamente solidárias às idéias religiosas, às idéias científicas e às idéias filosóficas de seu mundo histórico. O homem, na condição de *zoon politikon*, tem que ajustar sua relação com o mundo em uma infinidade de formas. É desse modo que é necessário incluir no estudo da política, a moral, as atitudes religiosas, a economia, a ciência, a literatura, a arte e a ação, em suas interações recíprocas. Desse modo, estas coordenadas teóricas evitam uma abordagem fria e dura das idéias, e assim re-antropologizam a História das Idéias Políticas, tornando-a, no dizer de Marcel Prélot, “as humanidades da Ciência Política”.¹⁴

É certo que as doutrinas políticas não possuem um início e um término definidos. Em política, vale a máxima cartesiana de que não existe quase nada que não tenha sido dito, cujo contrário também não tenha sido afirmado. Com efeito, nada é originalmente antigo ou inteiramente novo. Paraphraseando Michel Foucault, as idéias políticas são como “um nó numa rede”. O que se denomina a tradição da Filosofia Política é uma tapeçaria composta por criações intelectuais híbridas e recicladas, que se fundam ao longo do tempo, sem que se possa perceber uma solução de continuidade. J.P. Mayer nos lembra que a dimensão política vive em todos os lugares. Ela está presente no interior de determinadas tradições, mas também cria as próprias tradições.¹⁵ Como afirma o filósofo francês Christian Ruby há, de uma Filosofia Política a outra, “numerosas repercussões – questões renovadas, fontes relidas e transformadas, objetos diferentes vistos com as mesmas palavras e objetos idênticos utilizados diversamente...”.¹⁶ Estes argumentos parecem

¹⁴ Cf. PRÉLOT, M. *A Ciência Política*. São Paulo: Difel, 1964.

¹⁵ Cf. MAYER, J.P. *Trayectoria del pensamiento político*. México: FCE, 1985. p. XXI.

¹⁶ RUBY, C. *Introdução à Filosofia Política*. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 10.

apontar para a recriação perene da política, bem como para a reinvenção dos enfoques que a fazem girar sobre o seu próprio eixo. Nesse sentido, talvez se possa aplicar o argumento de que, no estudo da política, as perguntas que se formulam normalmente são mais relevantes que as respostas encontradas.

Mas, para quê serve mesmo estudar os clássicos da política, qual a sua utilidade, o seu conteúdo prático? Ora, acreditamos na originalidade histórica do tempo presente, que faz de nosso mundo algo bem distinto das sociedades antigas. Negar tal evidência equivaleria a abolir a historicidade mais elementar inerente à Teoria Política. De fato, há uma tendência de sempre pensarmos que as nossas idéias, vividas como atualidade, são a máxima realização da história, pelo fato evidente de nos encontrarmos na ponta do processo. Isto pode levar a crer que elas desfrutaram de uma diferença qualitativa em relação às idéias das sociedades do passado. Ora, o melhor e o pior não passam de convenções limitadas e contingentes, como David Hume já havia percebido no século XVIII.

As tradições, que determinam o valor dos costumes e das coisas, são o produto multifacetado e contingente da opinião dos homens. Sociedades que existiram em épocas diversas ou que coexistiram numa mesma “instituição explícita de tempo”, segundo a expressão de Cornelius Castoriadis,¹⁷ tendem a considerar um objeto semelhante como algo muito distinto ou, pelo contrário, podem focar o que é diferente como um mesmo e único objeto. Na perspectiva do ceticismo relativista de Hume, isto pode significar que não existem parâmetros confiáveis para se estabelecer uma regra que identifique qual é o plano superior das idéias, dos costumes, das culturas. Aliás, este foi o bem sucedido experimento que Montesquieu levou a cabo em suas *Cartas Persas*.

Sem dúvida, as obras literárias, como obras de pensamento, nos permitem refletir sobre o homem em sociedade, como qualquer outro texto clássico de política. Ao lermos as *Cartas Persas* ou o *Cândido*, podemos indagar, entre outras questões: quando escreveram estes livros, quais eram os problemas sociais, econômicos ou políticos que afetavam os autores? Com quais questões eles estavam engajados? Em que medida essa inserção do autor em seu próprio mundo histórico nos permite compreender o seu pensamento e a sua época e, além disso, de que maneira a compreensão destes textos clássicos da literatura ajuda-nos a iluminar alguns problemas em nosso tempo presente? Esses são alguns dados de uma espécie de questionário que qualquer leitor deve formular, para que não se engaje candidamente numa leitura, seja de um romance, seja de uma obra filosófica ou de um livro de história.

As *Cartas Persas* de Montesquieu e, naturalmente, o *Cândido* de Voltaire, para

¹⁷ CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ficarmos apenas no plano de obras literárias, levam-nos a desconfiar da firmeza panglossiana de nossas convicções. Não habitamos o melhor dos mundos apenas porque estamos com a vantagem provisória de poder mirar entre o passado e o futuro. É como afirmou Hegel no prefácio à *Filosofia do Direito*: “a coruja de Minerva só começa o seu vôo quando cai o crepúsculo”. Imagem atraente e, sobretudo, verdadeira, porque viver na dimensão do tempo presente – o crepúsculo a que se refere o filósofo – em qualquer época, permite acessar o que era apenas tendência da história. Então, ao que parece, fica valendo a regra de Hume: os homens se agarram a escalas de medida que logo se revelam instrumentos ultrapassados. De fato, a julgar pelas marchas e contramarchas da humanidade no século passado, e pelas experiências neste que se inaugura, nada leva a crer, segundo imaginou Kant, num “plano secreto da natureza”, que caminha no sentido de um acúmulo de progresso e que nos levará a um futuro cor de rosa. De fato, as sociedades do passado dificilmente se conceberiam como culturas inferiores àquelas que lhes antecederam no tempo. Exemplo tradicional são as concepções renascentistas e iluministas acerca do passado. Aliás, esta não é somente uma orientação ocidental. Como lembra Kenneth Minogue, “Todas as culturas acreditam que suas idéias são as únicas certas, mas as pessoas instruídas são extraordinariamente presas a preconceitos do momento”.¹⁸ Na Idade Média, franceses, ingleses e espanhóis estavam convencidos de serem mais cristãos entre si mesmos e perante o conjunto dos outros povos da Europa, o que lhes conferia, por assim dizer, um atestado de superioridade.

O romantismo no século XIX, por influxo de Fichte e de outros pensadores, desenvolveu esta concepção a pontos extremos. Para Walter Theimer, “A localização das virtudes humanas universais numa única nação – as boas no próprio povo e as más no inimigo – faz parte do inventário espiritual do nacionalismo”.¹⁹ O Iluminismo levou a idéia de superioridade do tempo presente a uma amplificação máxima, a ponto de se pensar, com Condorcet, numa escalada inexorável do progresso a partir de um dado momento da história. Parafrazeando a célebre máxima hegeliana, a história universal passou a ser a libertação do gênero humano na consciência do progresso. Ora, somos herdeiros diretos do Iluminismo e, apesar de hoje desaconselharmos as suas interpretações mecânicas, nosso relativismo ainda não nos impede totalmente de continuarmos pensando que nos encontramos na crista da onda da história. Entretanto, a exemplo de R. Crossman, que há muitas décadas deu uma resposta satisfatória a indagação desta natureza, devemos refletir também que nosso mundo tem origem no passado e que ele

¹⁸ MINOGUE, K. *Política: uma brevíssima introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 17.

¹⁹ THEIMER, W. *História das idéias políticas*. Lisboa: Arcádia, 1970. p. 219.

tornar-se-á incompreensível para nós se desconhecermos ou ignorarmos os seus componentes antigos. Estudar a história do pensamento político é analisar, por via indireta, algumas de nossas próprias concepções, para sermos capazes de perceber como as adquirimos. Então, ficará mais ou menos evidente que a maior parte dessas concepções não são nossas, no sentido de que pensamos ter sido nós mesmos que as elaboramos. Como todas as demais idéias, as recebemos como herança em meio a nosso processo de desenvolvimento.²⁰ Sem essa cautela, apenas o conhecimento das causas imediatas dos acontecimentos atuais pode embaçar, e não propriamente iluminar, a menos que seja contrabalançado por uma compreensão aprofundada da história, seus fatores duradouros e suas correntes remotas.

Na perspectiva de Leo Strauss, a maior parte das nossas idéias são reproduções abreviadas e residuais daquilo que pensaram outras pessoas, em outros tempos. As idéias são como destroços do tempo. A nossa posse sobre elas é e sempre será parcial. Muitas delas já são estruturas opacas, desfiguradas pela própria ação do tempo. Elas sobrevivem ainda, mas já desprovidas do grau de lucidez que possuíram no passado.²¹ Mas, não há dúvida: muitos ideais sobre a política, normalmente concebidos como o fino da originalidade, receberam formulações no passado de maneira bem mais vigorosa. E nenhum exemplo pode ser mais paradigmático a este respeito do que a *Utopia*, de Thomas Morus. Depois dele, quantas visões arquitetônicas da república ideal surgiram na história do pensamento utópico? Difícil contar as linhagens de utopias, em relação às quais o século XIX foi particularmente exuberante na construção de mundos imaginários e experimentos reais. Mas, o livro de Morus persiste, até hoje, como o clássico na matéria, por sua abordagem original de um tema que remonta à longínqua *República*, de Platão.

Inegavelmente, uma das indagações mais antigas da história da filosofia é o auto-conhecimento. O imperativo categórico socrático “conhece-te a ti mesmo” é anterior ao próprio Sócrates que, como sabemos, viveu no século V antes de Cristo. Isto para dizer que, no campo de reflexão da Teoria Política, é preciso entender como os indivíduos participam de seus respectivos grupos sociais. Para alcançar este nível de compreensão temos que nos esforçar para compreender a sociedade, ou seja, necessitamos ver a árvore e enxergar também a floresta. Enxergar a floresta implica saber que somos originais em alguma medida em relação às sociedades do passado, que somos únicos e singulares. Mas isto não pode levar-nos a desconsiderar que nossa sociedade, que nosso tempo, possuem matrizes enraizadas no passado.

²⁰ Cf. CROSSMAN, R. *Biografía del Estado moderno*. México: FCE, 1992.

²¹ Cf. STRAUSS, L. *Op. cit.*, 1968.

Em síntese, “os clássicos servem para entender quem somos e aonde chegamos”, como definiu Italo Calvino. Assim é que, estudar o pensamento do passado remoto e do passado mais recente é refletir, também, acerca das nossas próprias idéias e concepções. Elas são um legado da cultura, o que significa dizer que, em alguma medida, as nossas idéias não são tão autênticas e tão exclusivamente nossas como muitas vezes somos tentados a acreditar, e que elas verdadeiramente não nos pertencem por inteiro. Como afirmou Calvino, o texto clássico “não necessariamente nos ensina algo que não sabíamos; às vezes descobrimos nele algo que sempre soubéramos (ou acreditávamos saber) mas desconhecíamos que ele o dissera primeiro (ou que de algum modo se liga a ele de maneira particular)”.²² Um historiador francês – André Siegfried – já dizia, na primeira metade do século passado, que as idéias “voam” ao longo da história: “Por mais profundamente que uma obra se possa prender, por sua origem, às circunstâncias da história, o que nela se encontra de melhor, de mais vigorosamente pensado e expresso, tende sempre a libertar-se, segundo a palavra do grande romancista inglês Charles Morgan, do “objeto do momento”, para alçar, através do tempo, o seu vôo independente”.²³ Então, para que serve a Teoria Política, que nos guia no estudo dos clássicos e também na pesquisa dos ditos fósseis filosóficos? Entre outras respostas possíveis, para compreendermos como adquirimos as idéias sobre o nosso tempo. Mas, parece que há um algo mais entre as suas atribuições. Como afirmou o historiador alemão J.P. Mayer, tudo o que fizeram e tudo que aspiraram fazer os homens na história da civilização relaciona-se com seu contexto social. De fato, pode-se estudar essa relação, mas o resultado histórico em si mesmo não se esgota em sua relação com o ambiente social. Uma obra de arte, por exemplo, não é apenas a expressão de uma determinada situação do artista; é também beleza. E com esta beleza entra na história e continua exercendo nela sua influência após já termos esquecido, por muito tempo, a situação social específica do pintor. Hegel chamava a este aspecto da arte ‘espírito absoluto’.

Recebido em setembro de 2004.

²² CALVINO, I. 1997, *Op. cit.*, p. 12.

²³ SIEGFRIED, A. Prefácio. In: CHEVALLIER, J.-J. *As grandes obras de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro: Agir, 1999. p. 14.